# Discurso de boas-vindas na posse solene dos Desembargadores Antonio Jayme Boente e Jacqueline Montenegro como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro



**Wagner Cinelli de Paula Freitas**

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Justiça e Política Criminal pela *London School of Economics and Political Science.*

Boa tarde!

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Presidente da Corte anfitriã, Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. Estendo os cumprimentos ao Ministro Dias Toffoli, membro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; ao Ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça, que, para orgulho coletivo, foi  juiz e desembargador no Tribunal de Justiça deste estado; ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão; e ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Jorge Picciani, representado pelo Deputado Wagner Montes.

Senhoras e Senhores,

É uma grande honra para mim dirigir a palavra a uma plateia tão distinta e em solenidade tão importante e especial, que é a posse dos Desembargadores Antonio Jayme Boente e Jacqueline Lima Montenegro como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Como costumeiro, cabe àquele que dá as boas-vindas aos empossados trazer uma mensagem.

Nossas viagens costumam ser para lugares. A viagem para a qual convido a todos neste momento é para aqui mesmo. Será uma viagem no tempo. Rio de Janeiro, século XIX, em qualquer dia anterior a 13 de maio de 1888.

O Brasil, infelizmente, teve um período de escravidão que foi dos mais duros e longos na história daquele século.

A aplicação de castigos aos escravos existia longe dos olhos das instituições de Poder. Era uma questão privada, cujo detentor de todos os juízos era o proprietário daqueles que moravam na senzala, normalmente representado pela sua longa mão, que era o seu capataz.

O saudoso Desembargador Miranda Rosa, em vários de seus escritos, aponta corretamente que a norma jurídica é o instrumento institucionalizado mais importante de controle social.

Lamentavelmente, naquela dura realidade do século XIX, os instrumentos de controle mais evidentes eram a chibata e o pelourinho.

Castro Alves, nascido em 1847 e falecido em 1871, quando contava com apenas 24 anos de idade, testemunhou esse quadro social de dor e, com sua sensibilidade de poeta, desafiando o pensamento da classe dominante, escreveu o clássico poema Navio Negreiro, cuja última parte é aqui transcrita:

“Existe um povo que a bandeira empresta
P’ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio! ... Musa! chora, chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu nas vagas,
Como um íris no pélago profundo!...
... Mas é infâmia de mais ... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo...
Andrada! arranca esse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta de teus mares!”

Minha distância para o grande Castro Alves é de infinitas milhas, seja pela genialidade do poeta, seja porque denunciou o problema social na plenitude de sua presença. Mas no último Dia da Consciência Negra, há exatas duas semanas, escrevi o poema que vai a seguir. Acrescento que, em yorubá, kererê quer dizer "pequeno" e que Ilê-Ayiê significa, em dialeto afro, "o mundo" ou "a Terra da Vida". O título é "Sou pequeno, sou grande".

No meio da noite
Gritos de açoite
Pavor se instala
Dentro da senzala

Iyá protege o filho
Olhos perdem o brilho
Lágrimas enchem um mar
Um rugido corta o ar

Ê, erauê,
Sou kekerê
Ê, erauê,
Sou Ilê-Aiyê

A mão na chibata
Que bate e até mata
Não tem dó nem piedade
Nem respeita idade

Capataz sem coração
Dá o castigo ao fujão
É caso de justiça privada
E com isso ninguém tem nada

Ê, erauê,
Sou kekerê
Ê, erauê,
Sou Ilê-Aiyê

Gente, marca, gado
Tranca, tronco, roçado
Palmatória, viramundo
Não se perde um segundo

Diante de tanta dor
Pessoas sem pudor
Religião abençoa
Senhor e patroa

Ê, erauê,
Sou kekerê
Ê, erauê,
Sou Ilê-Aiyê

A ferida da escravidão
Dói em mim e na multidão
Consciência, foco, coragem
Sempre e em qualquer viagem

Mas nada para o tempo
Nem mesmo o contratempo
A Justiça é enorme
E Xangô não dorme

Ê, erauê,
Sou kekerê
Ê, erauê,
Sou Ilê-Aiyê.

A cicatriz profunda da escravidão contribui para o distanciamento social que encontramos nos dias de hoje.

Fosse atualizar no tempo o poema acima, começaria assim:

No meio da noite
Gritos de açoite
Pavor se instala
Dentro da sala

De todo mundo
Em fração de segundo
No lugar do chicote
Agora é bala.

O século XXI, no qual somos passageiros, tem iniquidades e desigualdades que certamente são claras aos mais sensíveis e serão, em tempo futuro, óbvias a todos.

Nossa democracia é centrada na tripartição de Poderes. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo que a legitimidade dos dois primeiros é atingida através de eleições.

Poderes. Palavra importante em todas as suas acepções, merecendo relevo o conceito de poder formulado pela antropóloga Marcela Lagarde:

> "... a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos (...). Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem."

É, pois, inerente ao Poder intervir na vida do outro, na vida da coletividade, na vida dos cidadãos.

O mau exercício do Poder escraviza. O bom exercício do Poder é redentor.

Temos hoje a posse do Presidente e da Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Conheci o Desembargador Boente em 1992, quando de meu ingresso na Magistratura. Boente era juiz e seu pai, que certamente o influenciou, foi excelente magistrado. Desem-

bargador Boente foi juiz eleitoral, juiz-auxiliar da Presidência no Tribunal Regional Eleitoral, membro substituto e depois membro efetivo na classe "juiz de direito", tendo sido eleito Corregedor Regional Eleitoral no ano de 2005. Promovido a desembargador no Tribunal de Justiça, retornou ao Tribunal Regional Eleitoral em 2009, como membro substituto, na classe "desembargador". Em 2015, é eleito membro efetivo, assumindo, inicialmente, a Vice-Presidência e agora a Presidência.

Já disse em outra oportunidade e aqui repito: Sua Excelência é pessoa talhada para a magistratura. É firme, direto e equilibrado.

Acrescento: como seu pai, é um excelente magistrado, sendo, dentre tantos atributos e qualidades, querido e respeitado por todos.

Desembargador Boente, seja muito bem-vindo à Presidência que, sob sua autoridade, será exercida de forma exemplar.

A Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro também dispensa maiores apresentações. É desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e com importantes vínculos com a Justiça Eleitoral. Foi juíza eleitoral, membro do Tribunal Regional Eleitoral, Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral e também Diretora da Escola Judiciária Eleitoral.

A Desembargadora Jacqueline Montenegro, além de todos os méritos e conquistas, realiza a necessidade social de empoderamento da mulher. Assim como há um débito social pelo passado, que repercute no presente, quanto ao triste período da escravatura, há uma dívida social no tocante à questão de gênero. A mulher, embora maioria na sociedade, sofreu uma opressão pelos homens ao longo da história. O equilíbrio, não há dúvida, passa pela chegada da mulher em posições chave. Hoje temos mulheres se destacando nos três Poderes da República e também em diversas outras áreas profissionais. O caminho ainda é longo, mas está sendo trilhado e Sua Excelência dá sua contribuição positiva.

Desembargadora Jacqueline Montenegro, seja muitíssimo bem-vinda ao Tribunal Regional Eleitoral.

Desembargadores Boente e Jacqueline, por derradeiro, saliento a dificuldade pela qual passa nosso Brasil. Apresenta-se uma crise política e econômica. É nesse quadro de dificuldades e conturbações que teremos eleições municipais em 2016. O orçamento sofre cortes e já se anuncia até que talvez – o que não acredito – tenhamos que retroceder e voltar à urna manual, pois seu uso é ou seria mais econômico que o da urna eletrônica. A rota não será fácil. Para usar uma das palavras do poeta Castro Alves, o brigue que atravessará o oceano não encontrará mar de almirante.

Felicidade e sorte de todos nós termos pessoas da competência e estatura de Vossas Excelências no leme. Desembargador Boente na regência e Desembargadora Jacqueline na Co-regência. Não tenho dúvidas de que é excelente receita para o sucesso, apesar das dificuldades imaginadas.

Ao novo Presidente e à nova Vice-Presidente, boas-vindas, fraternal abraço, com o desejo e a certeza de sucesso em suas relevantes missões, nunca se esquecendo que são pequenos, pois todos somos, mas que também são o mundo.

Muito obrigado! ■

Wagner Cinelli de Paula Freitas
*Desembargador suplente TRE-RJ*